

22 de Junho de 2024 | Notícias da Grande Lisboa | Nº 92



Os 49 Anos da Associação de Moradores da Portela

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões comemorou 96 anos



Folk Loures 2024



XXIX Festivais da GesLoures



Piscinas municipais de Sta Iria de Azóia - Reutilização da água

ÍNDICE

Os 49 Anos da Associação de Moradores da Portela	3
A Liberdade de Imprensa e os OCS Regionais	4
O Estado é o grande travão à melhoria salarial dos portugueses	5
LUÍS DE CAMÕES - COMEMORAÇÕES V CENTENÁRIO NASCIMENTO	6
LOURES - METRO LIGEIRO ESTAÇÕES	7
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões comemorou 96 anos	8
Folk Loures 2024	9
XXIX Festivais da GesLoures	10
Reutilização da água no meio urbano	11
Sopas de Pão - Novo Circo Tradicional Alentejano	12
Final do “Festival Loures Dança!” foi assim	13
Exposição “encontrARTE” Até 3 de Agosto	14
Câmara Municipal de Loures parceira oficial do Rock in Rio	15
Lançamento da 1ª Pedra da Casa das Oliveiras	16
Noite do Pijama na Biblioteca Ary dos Santos	17
Inagurado Parque Verde de Sete Casas, em Loures	18
Marchas Populares de Almada desfilam dia 23 de junho	19
PNEC de Portugal pode melhorar na integração da mobilidade activa nas políticas climáticas	20
Lei do Restauro da Natureza: Portugal tem de se manter do lado certo da história	22
Um ano após acordo, financiamento climático de Portugal a Cabo Verde deve ser mais ambicioso	23
AGENDA METROPOLITANA	24
CONFIANÇA PESSOAL, PARA QUE TE QUERO?	26

DESTAQUE



Os 49 Anos da Associação de Moradores da Portela

A Associação de Moradores da Portela (AMP) comemorou, ontem, o 49.º aniversário com uma festa que teve lugar no campo desportivo.

Além de assinalar o aniversário, o momento serviu, também, para marcar o encerramento de mais uma época de atividades letivas e desportivas.

Apresentações das classes de guitarra e de danças latinas, das equipas de futsal, da tuna, fados e poesia, bem como a entrega de diplomas a professores, atletas e treinadores, preencheram a tarde de todos os sócios e amigos da associação que estiveram presentes.

O presidente da Câmara Municipal de Loures, que esteve presente na ocasião, deu os parabéns à associação, e, em jeito de prenda de aniversário, anunciou que a construção do novo Parque Urbano da Portela Norte “irá avançar dentro de dois meses”. De acordo com Ricardo Leão, trata-se de uma obra importante para a AMP, que ali terá a possibilidade de ter um espaço próprio, “que poderá rentabilizar da maneira que entender, e, assim, ter uma fonte de receita”.

Ricardo Leão cumprimentou todas as secções da AMP, desportivas, culturais e recreativas, destacando, no entanto, a Portela Sábios, universidade sénior da Associação de Moradores da Portela, com a qual se comprometeu a presentear com um autocarro “para se deslocarem em representação do concelho e da freguesia, por todo o País”.

Além de Jorge Antunes, presidente da AMP, a festa contou com a presença do presidente da junta de freguesia de Moscavide e Portela, Ricardo Lima.



©NotíciasLX

EDITORIAL

A Liberdade de Imprensa e os OCS Regionais

É suposto vivermos num Estado Democrático onde a liberdade de imprensa é uma premissa inquestionável... Será?

Sem perder de vista que, para além da aposta de quase toda a imprensa escrita em papel, na edição paralela em formato digital Online, sendo que, muitos dos órgãos de comunicação social (OCS) têm edição única em formato digital, vamos ao longo deste texto tentar explicitar as condicionantes ao exercício da Liberdade de Imprensa focando-nos sobretudo na Imprensa Regional.

Para um primeiro olhar ao estado da arte, podemos consultar o documento: O DESERTO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL 20221 da unidade de investigação da Universidade da Beira Interior. Das várias conclusões deste estudo, de elevada importância para qualquer análise séria sobre o setor, refiro, por ser o ponto de partida para a presente análise o seguinte, e cito: “Mais de metade dos concelhos em Portugal é ou está na iminência de se vir a tornar desertos de notícias. Dos 308 concelhos existentes, 166 (53,9%) encontram-se ou em deserto de notícias ou em semi-deserto ou estão ameaçados. Falamos de concelhos que se encontram numa situação de alerta em relação à cobertura noticiosa”.

Estas conclusões, e o estudo é de 2022, deveriam de fazer parar para pensar os decisores. O que foi feito de há várias décadas para cá para avançar com soluções estruturais para a Imprensa Regional de forma a combater os desertos da cobertura noticiosa? De salientar que as condições de “aridez”, em mais de metade dos concelhos do País, não são sequer suficientes para a sobrevivência de um

OCS digital.

Os Mitos e os Factos

Os jornais vivem essencialmente da publicidade e das assinaturas.

A chamada publicidade institucional com origem nos organismos estatais² mas essencialmente nos municípios, são quase sempre o garante para a sustentação financeira dos OCS Regionais.

A publicidade de empresas da região nos OCS Regionais são esporádicas e as agências de meios geralmente não os consideram no orçamento.

Os OCS digitais são prejudicados pelo analfabetismo funcional que tende a considerar que tudo o que é Online é grátis e que olha para os media digitais como um produto Internet sem qualquer valor acrescentado ou seja, como hoje em dia qualquer um pode ter um blogue nas redes sociais, consideram que não faz sentido publicitar nos OCS da sua região...

As Vantagens e Desvantagens

O jornal em papel continua a gozar, bem ou mal, da primazia dos investimentos. É uma questão cultural mas a maioria dos decisores continua a vê-los como os “verdadeiros” jornais.

O jornal digital é de fácil acesso pelo smartphone, por ser um veículo Online consegue apresentar maior atualidade e pode ter conteúdos multimédia.

Cada um dos formatos tem vantagens e desvantagens mas os problemas da sustentação são comuns.

O Que Fazer?

Os caminhos do futuro são tortuosos. Com o recente Dec. Lei 31/2024 que obriga à publicitação dos apoios recebidos nos OCS Regionais deu-se um pequeno passo, mas muito pequeno. Curiosamente, continua a não ser possível o apoio pelos Municípios com programas de apoio aos OCS Regionais, tal como acontece com os programas de apoio ao Movimento Associativo.

Do governo atual não temos qualquer sinal de que o plano de ação apresentado “Programa do XXIV Governo Constitucional (6.3. Comunicação Social e Combate à Desinformação)” sem prazos, tenha tido algum desenvolvimento prático em iniciativas legislativas.

Como já dissemos antes, o acesso gratuito pelos OCS Regionais aos conteúdos da LUSA, promessa do governo anterior (Pedro Adão e Silva), seria uma das formas de “Encorajar os meios de comunicação regional e local”. A par disto, um conjunto de medidas que trouxesse para os OCS Regionais, publicidade institucional das empresas públicas e empresas municipais bem como a obrigação de publicitar as contas anuais de todas as entidades que recebem dinheiros públicos, daríamos então sim um passo em frente na sustentação dos média regionais e na Liberdade de Imprensa.

- António Guedes Tavares, Editorial



OPINIÃO

O Estado é o grande travão à melhoria salarial dos portugueses

Há zonas do país onde não há trabalhadores disponíveis para as pequenas e médias empresas funcionarem em pleno e com qualidade de serviço, pelo que é urgente uma política transversal de melhoria das condições salariais de quem trabalha, sejam cidadãos nacionais ou imigrantes devidamente legalizados e integrados na cultura portuguesa, mesmo que isso implique a falência de empresas cuja sustentação se baseia na exploração de mão de obra barata e não qualificada.

Portugal, no âmbito dos países da União Europeia (UE), no final de 2022, ocupava o 12.º lugar mais baixo, no ranking de bem-estar por habitante, ou seja, registavam-se, naquela altura, 11 países com melhores condições de vida para os seus cidadãos.

O índice de bem-estar é muito mais importante que o Produto Interno Bruto (PIB), porque para além dos rendimentos per capita, considera várias outras variáveis, nomeadamente, o consumo, o tempo de lazer, a esperança média de vida e as desigualdades de cada país, seja na saúde, na educação ou no meio ambiente.

Portugal em termos de PIB, per capita, em finais de 2022, ocupava na UE a 20.ª posição mais baixa, ou seja, tinha 19 países com melhores indicadores nesta rúbrica.

Um dado positivo para Portugal é que o índice de bem-estar é superior ao PIB, per capita, o que se traduz numa vantagem não despreciable para os cidadãos, mas estes indicadores são sofríveis, em termos sociais e económicos, após 160 mil milhões de euros de apoios de fundos comunitários para o desenvolvimento do país, recebidos da UE, desde 1986.

Não é admissível que Portugal, após 50 anos do 25 de Abril, tenha cerca de 20% da sua população em risco de pobreza ou de exclusão social, e que mais de 20% dos seus trabalhadores afixem o salário mínimo nacional, atualmente no montante de 820€ mensais.

O salário mínimo nacional foi uma importante conquista do 25 de Abril, tendo permitido em 1974, que cerca de metade da população ativa de Portugal beneficiasse imediatamente de uma significativa melhoria das suas condições de vida, ao que acresce uma efetiva dinamização da atividade económica, apesar das barbaridades e crimes contra as empresas e empresários perpetrados pelos revolucionários de então, o que só cessou após o 25 de Novembro.

Atualmente há setores da economia portuguesa, nomeadamente, a agricultura, as pescas, a restauração, a hotelaria e os serviços de limpeza, cujos trabalhadores auferem na sua grande maioria o salário mínimo nacional, que em Portugal, atualmente, não é suficiente para se afastarem

os riscos de pobreza ou de exclusão social. Pessoas que trabalham e são pobres.

As políticas para aumentar o salário médio têm sido completamente descuradas, apresentando valores cada vez mais próximos do mínimo legalmente exigido, num nivelamento, por baixo, dos rendimentos de trabalho dos portugueses, o que se acentuou durante o consulado governativo socialista, liderado por António Costa.

Em junho de 2022 o Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa, apelou às empresas do setor privado que promovessem ao longo dos próximos anos, aumentos de 20% nos salários médios, sem especificar se esses incrementos remunerativos seriam reais ou nominais.

Os aumentos salariais propostos pelo então Primeiro-Ministro, para se traduzirem num efetivo benefício para os trabalhadores portugueses teriam de ser superiores à inflação (aumentos reais) e deveriam ser enquadrados num programa transversal a todo o tecido económico, incluindo a Função Pública, o que de facto não aconteceu.

António Costa bem pregou para o setor privado, mas esqueceu-se de pôr em prática as suas ideias para a Administração Pública, continuando a sua política de desvalorização de salários, nomeadamente, para médicos, enfermeiros, professores, oficiais de justiça, polícias, militares, técnicos superiores e assistentes técnicos e operacionais, situação explosiva herdada pelo atual Governo que não conseguiu, até ao momento, acalmar a conflitualidade laboral que há muito grassa nos serviços públicos.

Sabe-se que a fixação anual dos salários da Função Pública tem um impacto, positivo ou negativo, no aumento das remunerações do setor privado, sendo um importante referencial utilizado por muitas empresas e respetivas administrações.

Ora o que se verifica é que as dificuldades do Estado português em atribuir remunerações adequadas aos seus funcionários, principalmente aos mais qualificados, é um travão aos aumentos salariais de todo o tecido económico, público e privado, o que desvaloriza transversalmente os rendimentos dos trabalhadores em geral, muitos deles obrigados a optar pela emigração para conseguirem dar suficientes condições de

vida às suas famílias.

Sendo Portugal o 5.º país da UE com o salário médio mais baixo, em situação pior só a Eslováquia, a Grécia, a Hungria e a Bulgária, não admira o surto emigratório que se verifica atualmente nos trabalhadores portugueses mais qualificados, o que já tem uma séria consequência que é estarmos em 4.º lugar no ranking da força laboral mais envelhecida.

Há zonas do país onde não há trabalhadores disponíveis para as pequenas e médias empresas funcionarem em pleno e com qualidade de serviço, pelo que é urgente uma política transversal de melhoria das condições salariais de quem trabalha, sejam cidadãos nacionais ou imigrantes devidamente legalizados e integrados na cultura portuguesa, mesmo que isso implique a falência de empresas cuja sustentação se baseia na exploração de mão de obra barata e não qualificada.

É urgente desenvolver para patamares mais elevados a economia portuguesa e nessa sequência mudar, em alta, o paradigma da política de rendimentos dos trabalhadores em geral.

- Fernando Pedroso, Líder da bancada do CHEGA na AMO e Adjunto do Conselho de Jurisdição Nacional do Chega



DESTAQUE NACIONAL

LUÍS DE CAMÕES – COMEMORAÇÕES V CENTENÁRIO NASCIMENTO

Sessão de apresentação do Programa das Comemorações - Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, 5 de junho de 2024

As comemorações do V Centenário do Nascimento de Luís de Camões incluem atividades de grande abrangência e elevada qualidade concebidas e a executar pela Comissão recentemente nomeada, a realizar entre 10 de junho de 2024 e 10 de junho de 2026.

O alargamento do prazo – mais um ano do que o previsto – tem a finalidade de permitir ultrapassar a pesada herança deixada pelo anterior governo: a ausência de programação e de orçamento destinado às Comemorações do V Centenário do Nascimento de Luís de Camões. Honrar a memória do Poeta que ocupa um lugar cimeiro na memória da nação implica conhecer e compreender a sua vida e a sua obra, divulgar e valorizar o seu legado de valor universal. A programação distribui-se por uma variedade de suportes e assenta em três eixos fundamentais: cívico-cultural, crítico-científico, e educativo.

Será possível identificar uma atenção que combina a criação, com base em diferentes registos, com a circulação da obra, as suas representações e os estudos sobre o Poeta nacional. No seu trabalho de programação, o Comissariado articula o contributo de organismos do Estado com o de associações da sociedade civil, tanto em Portugal como no estrangeiro – através do Instituto Camões –, sejam instituições de ensino, órgãos de comunicação de várias ordens, fundações, bibliotecas, arquivos, museus, autarquias, centros de investigação e universidades. Entre as instituições, sobressai a rede das bibliotecas escolares sobre as quais recai a mobilização do maior número de leitores, em particular os jovens, assegurando a passagem do testemunho do legado de Luís de Camões.

São dezenas as entidades envolvidas na Programação, com sentido de responsabilidade em relação às preocupações do presente e à afirmação nos meios digitais. A Biblioteca Nacional de Portugal desempenhará, também, um papel central nestas Comemorações. O seu trabalho desenvolver-se-á em três domínios, passíveis de se constituírem em matrizes para outras iniciativas do mesmo género, a saber: lançamento de uma Camoniana digital (organizada por Isabel Almeida); organização de uma grande exposição destinada a visitar Luís de

Camões (com curadoria de João Alves Dias); e promoção de um ciclo de seminários, conferências e publicações (dirigido por Isabel Almeida, José Augusto Cardoso Bernardes, Maria de Lurdes Correia Fernandes e Vanda Anastácio), que terão como objetivo estudar Luís de Camões e a sua obra.

Programação

Comunicação através das redes digitais

— Criação de uma plataforma de informação e acesso a conteúdos, na qual possam ser submetidas propostas das mais variadas proveniências e ser feitas as ligações a outras bases de dados, nomeadamente a da referida Camoniana digital.

— Elaboração de um audiolivro de Os Lusíadas e da Lírica de Camões para distribuir pela rede escolar, em ficheiro de acesso livre.

— Produção de uma série de 12 podcasts sobre Camões, tendo cada episódio um convidado diferente, em associação com a imprensa e outros canais de comunicação.

Teatro e cinema

— Representação da comédia Filodemo, em parceria com o Teatro Nacional D. Maria II.

— Contratação de companhias de teatro que representem nas escolas peças sobre Camões e a sua vida.

— Elaboração de um breve filme de animação (2 ou 3 minutos) sobre a vida de Camões para os primeiros ciclos do ensino básico.

— Realização de um ciclo de debates na Cinemateca sobre Camões, que terão por base os encontros da Biblioteca Nacional de Portugal e colaboração com o Instituto do Cinema e do Audiovisual.

Televisão

— Parcerias para leitura regular de poemas de Camões.

— Programa em parceria com a RTP 2 (ou uma curta série de programas) sobre Camões.

— Documentário sobre a iconografia camoniana, em parceria com a RTP.

Exposições

— Organização da grande exposição na Biblioteca Nacional de Portugal, intitulada “Revisitar Camões”.

— Exposição biobibliográfica itinerante para as escolas do 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básico e secundário.

— Exposição biobibliográfica, em parceria com o Instituto Camões, que percorrerá, sucessivamente, Goa, Macau, a Ilha de Moçambique e outros pontos do mundo onde se ensina a língua portuguesa, designadamente na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). v centenário luís de camões

Publicações

— Plano de edições, incluindo a reedição de livros e a publicação de inéditos, pela BNP, em parceria com a IN-CM.

Concurso escolar para professores e alunos

— Tendo em vista incrementar a circulação de boas práticas pedagógicas e incentivar a inovação, será promovido um concurso nacional destinado a professores dos ensinos básico e secundário, que estimule a apresentação de propostas pedagógicas centradas na obra de Camões (Lírica e Épica).

— Havendo cerca de 50 personagens (reais, imaginárias ou mitológicas) citadas n’Os Lusíadas, propõe-se que os professores (de Português) escolham uma estrofe sobre um personagem, que será lida e trabalhada em aula. Os alunos farão posteriormente uma ilustração sobre esse personagem. As melhores ilustrações serão integradas numa exposição específica sobre este tema.

Ações de formação

— Em colaboração com centros de formação, serão promovidas ações formativas e de sensibilização, destinadas a professores de Português e de outras áreas que desejem visitar os conhecimentos sobre a obra de Camões e debater a melhor forma de enfrentar o desafio de lidar com os programas em sala de aula.

Comissão para as Comemorações do V Centenário de Luís de Camões

Comissária-geral: Rita Marnoto
Comissários-gerais adjuntos: Diogo Ramada Curto e Joaquim José Coelho
Ramos Diretor executivo: Vasco Silva

— Comissariado curatorial:

Manuel Corte-Real, Manuela Pargana Silva, José Augusto Cardoso Bernardes, Maria de Lurdes Correia Fernandes, Vanda Anastácio

Fonte: Portal do XXIV Governo

LOURES - METRO LIGEIRO Estações

Alterações verificadas face ao traçado apresentado em sede de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA):

Relocalização do PMO (Parque de Material e Oficinas), junto à estação Hospital Beatriz Ângelo, na área da Unidade de Execução da Quinta do Correio-Mor.

Ajustes ao eixo do traçado, nas zonas da Flamenga e de Santo António dos Cavaleiros, reduzindo em 30% as demolições necessárias à implantação da linha.

Término da linha na estação Várzea de Loures, junto ao LoureShopping, com extinção das estações Infantado e Quinta de São Roque.

LOURES | METRO LIGEIRO - AS ESTAÇÕES E OS ESTACIONAMENTOS



Parque das Máquinas junto à estação do HBA

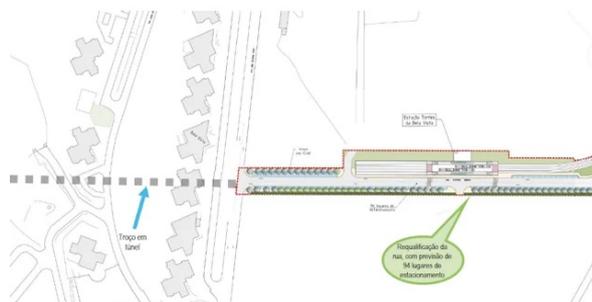


Estação Hospital Beatriz Ângelo e parque de estacionamento



Estação Planalto da Caldeira

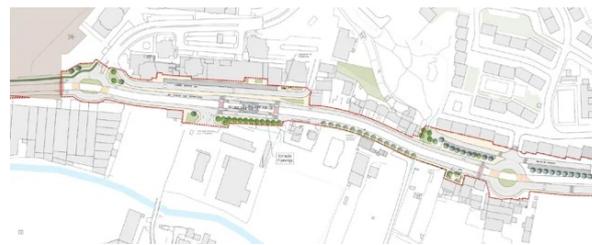
Artigo no Online do "NotíciasLx" em: <https://noticiaslx.pt/2024/06/15/loures-metro-ligeiro-localizacao-das-estacoes/>



Estação Iorres da Belavista e parque de estacionamento



Estacionamento EN 8 - JUNTO À SAICA PACK



Estação da Flamenga



Estação de Sto António dos Cavaleiros e Estacionamentos



Estação Quinta do Almirante e Estacionamento



Estação Conventinho



Estação de Loures e Estacionamento



Estação Várzea de Loures - estação terminal e estacionamento

Número de estações em Loures: 9
 Espaço canal ferroviário: 46.882 m²
 Número de estações total: 17
 Extensão da Linha Violeta: 11 km
 Extensão da Linha Violeta em Loures: 5,8 km
 Área total de intervenção / reordenamento urbano: 178.028 m²



LOURES - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões comemorou 96 anos

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões comemorou 96 anos e, no dia 14 de junho, assinalou a data com uma sessão solene perante dezenas de convidados.

Depois da formatura geral, a cerimónia seguiu com a entrega de diversas condecorações, terminando com a sessão solene.

O presidente da Câmara Municipal de Loures esteve presente na cerimónia, tendo aproveitado a oportunidade para destacar o trabalho dos bombeiros: “Um dos principais objetivos de um autarca é sentir que a sua população está segura. E a minha população está segura porque tenho verdadeiros heróis no meu concelho. Tenho bombeiros que se dedicam a 100% a esta causa”, afirmou Ricardo Leão.

Como os bombeiros, segundo o autarca, serão sempre uma prioridade, Ricardo Leão, reiterou que, por parte da Câmara

Municipal, “continuará a haver o esforço, a dedicação e o empenho para que o próximo orçamento municipal acompanhe as necessidades e exigências dos bombeiros”, lembrando que o Município já transfere “mais de 3 milhões de euros por ano para as corporações do concelho”, sendo aquele com mais Equipas de Intervenção Permanente (EIP) do País.

Ricardo Leão abordou ainda a necessidade de se rever a carreira do bombeiro: “Os bombeiros merecem ser reconhecidos através de uma carreira própria, com a remuneração digna das funções que têm. As corporações não podem continuar a viver da boa vontade dos presidentes de Câmara e presidentes de Junta”, apontou.

Nesta cerimónia, que só terminou com o corte do bolo de aniversário e com o hino da Associação tocado pela Banda Filarmónica da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões, foram ainda

apresentados os novos equipamentos de proteção individual para incêndios urbanos, industriais e outra tipologia de acidente, no valor de cerca de 90 mil euros.

Foi também anunciado o início da obra de colocação de um telheiro na parada do quartel operacional, que permitirá aumentar a área coberta para estacionamento de veículos e onde será possível dar formação. Esta intervenção, no valor de cerca de 120 mil euros, assumido pela Câmara de Loures, ficará concluída no próximo mês de setembro.



LOURES - CULTURA

Folk Loures 2024

A cultura e a tradição saloia estiveram em destaque este fim de semana no concelho de Loures através do folclore.

O Parque da Cidade, em Loures, foi ontem palco do Folk Loures 2024, organizado pelo Grupo Folclórico Verde Minho.

Sónia Paixão, vice-presidente da Câmara de Loures, esteve presente pela ocasião de troca de lembranças institucionais, momento ao qual se seguiu o espetáculo que contou com a participação, para além do rancho anfitrião, do Grupo de Bombos Arrufarte, do Grupo de Cavaquinhos e do Rancho Folclórico da Casa do Concelho de Ponte de Lima, do Rancho Folclórico e do Grupo de Cavaquinhos Alegria do Minho, dos Minhotos da Ribeira da Lage, da Associação Cultural Jay Ambediu e do Grupo de Danças e Cantares do Casal do Rato.

Também o Rancho Folclórico do Grupo Desportivo de Louisa organizou, ontem, o seu XV Festival de Folclore, reunindo, no jardim público de Louisa vários grupos de folclore, nomeadamente, o Grupo Folclórico e Etnográfico de Granja do Ulmeiro, de Soure, o Rancho Folclórico e Etnográfico do Reguengo da Parada, das Caldas da Rainha, o Rancho Folclórico Ceifeiras e Campinos da Azambuja, além do Rancho Folclórico anfitrião.



LOURES - DESPORTO

XXIX Festivais da GesLoures

Os Festivais de Natação da GesLoures, que marcam o final de época, tiveram início, nas piscinas municipais de Santo António dos Cavaleiros e Santa Iria de Azóia.

Com as piscinas repletas de familiares e amigos, as crianças que frequentam estes equipamentos puderam mostrar o trabalho desenvolvido ao longo do ano, a sua evolução e autonomia, e proporcionar um espetáculo repleto de animação e talento.

Presente em Santo António dos Cavaleiros esteve o chefe de gabinete do Presidente da Câmara de Loures, que aproveitou para dar os parabéns à direção da GesLoures, aos treinadores e funcionários: “Todos eles concretizam aquilo que é uma aposta e um desígnio do Município de Loures. Não só promovem um desporto de qualidade com vista a hábitos de vida saudáveis, como também ensinam valores”.

André Antunes realçou o facto de já serem 3500 os alunos que praticam a adaptação ao meio aquático nas quatro piscinas do Município, sendo isso “um motivo de orgulho para a Câmara Municipal”.

Sob o tema “Olímpiadas”, as crianças que

estiveram na piscina de Santo António dos Cavaleiros, desenvolveram circuitos que retratavam as mais diversas modalidades olímpicas e paralímpicas, com demonstrações de natação, natação artística e da Es-

cola de Karaté da GesLoures.

O presidente da GesLoures, Nuno Vitorino, entregou simbolicamente aos coordenadores técnicos, e também a André Antunes, um pequeno troféu que visa simbolizar o respeito e agradecimento do Conselho de Administração pelo trabalho desenvolvido por todos os que trabalham na GesLoures.

Os festivais de final de época da GesLoures continuam nos dias 19 e 22 de junho, nas piscinas municipais de Loures e da Portela.



LOURES - AMBIENTE

Reutilização da água no meio urbano

O projeto de eficiência hídrica “2% é H2O”, de reutilização da água no meio urbano, foi inaugurado hoje nas piscinas municipais de Santa Iria de Azóia, com a participação de alunos da Escola Básica de Via Rara.

Esta “ação inovadora permite um comportamento de prevenção e dinamização, pela parte dos jovens, na preservação do bem escasso que somos obrigados a renovar, diariamente, nos nossos espaços aquáticos, o equivalente a 800 duches de cinco minutos ou sete piscinas num ano”, salientou o vereador da Câmara Municipal de Loures com o pelouro da Energia e Sustentabilidade, Nuno Dias, sobre o projeto que teve início na Portela, e que será replicado em Santo António dos Cavaleiros,

A boa prática de aproveitamento da água, vai agora servir, nomeadamente, para a rega da área ajardinada no perímetro circundante daquele equipamento, assim como para a lavagem de ruas, regas manuais e outros usos não potáveis, na União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela.

Na iniciativa, estiveram também presentes a vereadora Paula Magalhães, o presidente da junta de freguesia, Nuno Leitão, e o presidente do conselho de administração da GesLoures, Nuno Vitorino.



LOURES - CULTURA

Sopas de Pão – Novo Circo Tradicional Alentejano

O espetáculo “Sopas de Pão – Novo Circo Tradicional Alentejano” vai ser apresentado, no dia 28 de junho, às 21h30, no Museu de Cerâmica de Sacavém.

A peça conta a história de alguém que, ao

decidir deixar a vida na cidade para ir viver no Alentejo, vai descobrir os usos e costumes, incluindo a rica gastronomia desta região, surpreendendo-se e até transformando-se num verdadeiro alente-

jano.

A entrada é livre mas sujeita a marcação prévia através do endereço de correio eletrónico dac@cm-loures.pt ou pelo 211 150 660.

LOURES
CÂMARA MUNICIPAL

Sopas de pão

28 JUN 21:30

Museu de Cerâmica de Sacavém
Por Novo Circo Tradicional Alentejano

Reservas: dac@cm-loures.pt | 211 150 660

ENTRADA LIVRE

Loures Teatro a Teia

cm-loures.pt     

A CULTURA NO CENTRO

cm-loures.pt    



LOURES - EVENTOS

Final do “Festival Loures Dança!” foi assim

O Pavilhão Paz e Amizade recebeu, no dia 15 de junho, a final do “Festival Loures Dança!”, um evento da Câmara Municipal de Loures que contou com a presença de cerca de 500 participantes de diversas coletividades e escolas de dança do concelho, bem como de associações convidadas.

Mais de duas mil pessoas assistiram a este festival, que pretende ser inclusivo e intergeracional, juntando, na paixão pela dança, bailarinos dos 3 aos 80 anos, que aproveitam a oportunidade para mostrar o trabalho desenvolvido ao longo da época desportiva.

A vice-presidente da Câmara Municipal de Loures, Sónia Paixão, não faltou ao encerramento deste festival – que, ao longo do mês de maio se desenvolveu em duas etapas: um festival na zona norte do concelho e outro na zona oriental – tendo entregado os certificados de participação a todas as coletividades envolvidas.



LOURES - CULTURA

Exposição “encontrARTE” Até 3 de Agosto

Foi inaugurada na Casa da Cultura de Sacavém, a exposição “encontrARTE”, que reúne trabalhos dos alunos do curso de Artes Visuais, do Agrupamento de Escolas 4 de Outubro, em Loures.

A exposição de pintura resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “ProvocarARTE”, integrado no Plano Nacional das Artes, que visa dar ênfase aos processos criativos, entendidos com método de investigação e pesquisa em educação artística.

Deste modo, valorizam-se os caminhos individuais de procura e de descoberta, em simultâneo com o sentido crítico, mobilizando conhecimentos de natureza técnica, estética e cultural.

Presente na exposição, que estará patente até dia 3 de agosto, esteve a vice-presidente da Câmara Municipal de Loures, Sónia Paixão.

Pode visitar a Casa da Cultura de Sacavém nos dias úteis, das 9h30 às 12h30, e das 14h00 às 17h00, e aos sábados, das 10h00 às 17h00.



LOURES - EVENTOS

Câmara Municipal de Loures parceira oficial do Rock in Rio

A Câmara Municipal de Loures juntou-se pela primeira vez ao Rock in Rio Lisboa como parceira oficial na edição do seu 20.º aniversário. No primeiro dia do festival, no Parque Tejo, esgotou com milhares a assistir aos concertos de destaque, desde Xutos & Pontapés a Evanescence, passando pelos Extreme e pela banda sueca Europe.

Ainda que milhares estivessem junto ao Palco Mundo, outros tantos espalhavam-se pelo recinto em filas para a roda gigante e stands de marcas, nas áreas de restauração ou por outros palcos.

O stand da Câmara de Loures, bem como o das juntas de freguesia da Frente Ribeirinha de Loures (Moscavide e Portela, Sacavém e Prior Velho, Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela) revelaram-se como novos pontos de atração.

Nos próximos dias 22 e 23 de junho, os festivaleiros podem passar por estes stands que estão junto ao Palco Galp, participar nas várias atividades interativas, ganhar prémios e levantar os mais diversos brindes.



LOURES - SOCIAL

Lançamento da 1ª Pedra da Casa das Oliveiras

Realizou-se, esta manhã, o lançamento e bênção da 1.ª pedra da “Casa das Oliveiras”, um projeto da Comissão Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos (CURPI) de São João da Talha que terá valências de Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

A nova infraestruturas, que vai ficar situada no Bairro da Castelhana, em São João da Talha, permitirá acolher 59 idosos em regime de lar, 30 utentes no centro de dia e prestará ainda apoio domiciliário a 40 utentes, tudo inserido num edifício com quatro pisos, que será construído num terreno com mais de 3 mil m², cedido pela Câmara Municipal de Loures.

A empreitada representa um investimento global de mais de 5,3 milhões de euros, suportados pela candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - 3.ª Geração (PARES 3.0), com o apoio financeiro da Câmara Municipal de Loures, ao qual se junta também a participação da Junta de Freguesia de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela e da própria CURPI.

“Bem-vindos do sonho à realidade”, começou por dizer José Núncio, presidente da direção da CURPI de São João da Talha. “Cá estamos nós, contra ventos e marés, a semear Abril, e é na sementeira de Abril que vai nascer a Casa das Oliveiras”.

“A futura casa vai estar inserida na comunidade de forma a que se possa continuar a envelhecer perto de familiares e amigos, e terá uma gestão de portas abertas à cooperação, onde se poderá almoçar no restaurante da Casa das Oliveiras, tomar um café na esplanada, passear no seu jardim e pomar ou usufruir de um tratamento de fisioterapia”, explicou José Núncio.

O presidente da Câmara Municipal de Loures, presente no evento, reconheceu que “o concelho, à semelhança de todo o País, tem necessidade deste tipo de equipamentos” e, por isso, não quis deixar de agradecer às 16 instituições que “iniciaram o processo de candidatura no âmbito do PARES e do PRR para darem as respostas que são necessárias”.

Ricardo Leão recordou que foi preciso arranjar um critério para apoiar de forma igual todas as candidaturas, tendo ficado decidido que “seis milhões de euros do orçamento da Câmara seria para dar apoio a estas instituições”. O autarca destacou, assim, o apoio financeiro dado pelo Município, no valor de cerca de 600 mil euros à CURPI de São João da Talha, referindo que

já seguiu um ofício com um pedido de reunião com o novo Governo, com o objetivo de solicitar um maior apoio por parte do Estado.

O presidente da Câmara lembrou alguns dos projetos previstos para aquela união de freguesias, de que é exemplo o novo Centro de Saúde da Bobadela, com o lançamento do concurso público para a sua construção agendado para o dia 12 de julho, e, ainda, a apresentação pública do projeto para a saída da A1, em São João da Talha, no próximo dia 9 de julho, às 21 horas, no Pavilhão José Gouveia.

O evento foi, ainda, abrilhantado com a atuação da Banda da Academia Musical e Recreativa de Sacavém e do Grupo Coral Outono da Vida.

Presentes na cerimónia estiveram também a vice-presidente da Câmara Municipal de Loures, Sónia Paixão, o vereador Gonçalo Caroço, a vereadora Vânia Campaniço, na qualidade de dire-



tora técnica da CURPI, e o presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, Nuno Leitão.



LOURES - CRIANÇAS

Noite do Pijama na Biblioteca Ary dos Santos

A Noite do Pijama está a chegar à Biblioteca Municipal Ary dos Santos, em Sacavém. É já no próximo dia 29 de junho, a partir das 21 horas, que as crianças entre os 7 e os 12 anos vão ter a oportunidade de celebrar o 8.º aniversário da biblioteca de uma forma diferente.

Momentos de diversão não vão faltar: a

Hora do Conto traz até aos participantes uma aventura fantasmagórica na casa da Mimi e do Rogério, seguindo-se um Escape Room literário. Estará a biblioteca assombrada?

Aventura-te com a bruxa Mimi e enfrenta os fantasmas que andam à solta na biblioteca, desafia-te a escapar o mais

rápido possível das salas trancadas, para finalmente teres um sono descansado.

Inscrições: bmas@cm-loures.pt | 211 150 665



LOURES
CÂMARA MUNICIPAL

Mimi Rogério
A CASA ASSOMBRADA

29 JUNHO | 21:00 > 9:00
Noite do Pijama
Crianças 7 > 12 anos
Biblioteca Municipal
Ary dos Santos, Sacavém
Limite de inscrições:
15 crianças

INSCRIÇÕES:
bmas@cm-loures.pt
Telef.: 211 150 665

8º
ANIVERSÁRIO
BIBLIOTECA
MUNICIPAL
ARY DOS
SANTOS

A CULTURA NO CENTRO

cm-loures.pt f @ y d



#lugaresdecultura

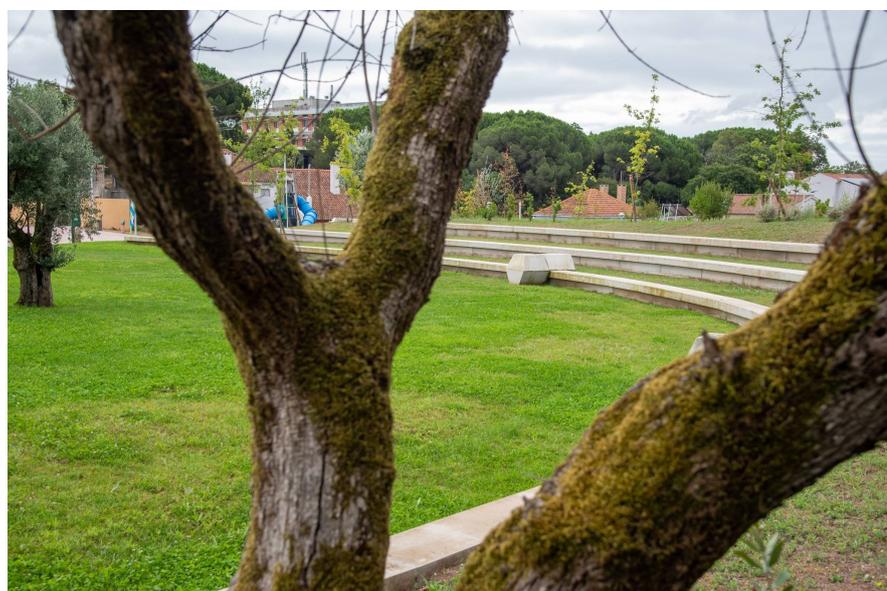
LOURES - AMBIENTE

Inaugurado Parque Verde de Sete Casas, em Loures

Foi inaugurado o novo Parque Verde de Sete Casas, em Loures. Construído pela Hovione, o parque foi desenhado a pensar na população residente vizinha às instalações da empresa, mas também em todos os munícipes do concelho, tendo sido, por essa razão, oferecido ao Município de Loures.

O espaço inclui parque de estacionamento, percursos pedonais, um circuito de manutenção, parque infantil, anfiteatro natural, zonas de lazer e merenda, bem como pontos de interpretação ambiental, incluindo uma estrutura (hotel polinizador) que favorece a presença de abelhas, joaninhas e borboletas. Na construção foram plantadas mais de 200 árvores de diferentes espécies e transplantadas mais de 30 oliveiras, que se somaram aos sobreiros e pinheiros existentes no espaço.

A Hovione é conhecida pela sua ligação histórica ao Município de Loures. Desde 1969 que tem vindo a reforçar os laços com a comunidade, promovendo diversas iniciativas de encontro e apoiando instituições locais ligadas à educação, ciência, cultura e desporto.



ALMADA

Marchas Populares de Almada desfilam dia 23 de junho

Concurso de Marchas Populares

Desfile das Marchas Populares de Almada, dia 23 de junho, a partir das 20h30, na Av. António José Gomes, na Cova da Piedade.

A alegria e cor das marchas populares está de regresso à Avenida António José Gomes, na Cova da Piedade, dia 23 de junho, véspera de S. João, a partir das 20h30.

Este ano, as 10 marchas a concurso desfilam pela seguinte ordem:

- Marcha da Ramalha
- Marcha da Costa da Caparica
- Marcha da Charneca
- Marcha da Cova da Piedade – SFUAP

Marcha do Beira Mar de Almada

Marcha da Trafaria

Marcha das Barrocas

Marcha da SCMA - Centro Comunitário do PIA II

Marcha das Estrelas do Feijó

Marcha da Capa Rica

Participam, ainda, duas marchas extraconcurso: “Os Costinhas” e a Marcharte - Marcha Popular da Freguesia de Cernache (Coimbra).

No fim do desfile há bailarico com o Duo

João Tendeiro e Ricardo Jorge no coreto do Jardim da Cova da Piedade.

A final do Concurso de Marchas Populares de Almada acontece dia 29 de junho, a partir das 20h30, no Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”, no Feijó.

As “Marchas Populares” são uma manifestação com forte enraizamento popular. Ao promover as “Marchas Populares de Almada”, é intenção do Município de Almada ir ao encontro dos gostos e tradições populares e, simultaneamente, reforçar o sentido da festa enquanto espaço de construção coletiva de uma identidade comum.

A afirmação de um momento de exceção na animação da vida da cidade, para o qual cada um contribui com os seus saberes particulares e disponibilidade pessoais, projetados para o espetáculo final, oferecido a toda a população, e no qual a cor e o ritmo têm o lugar principal, conta desde 1994 com a participação de diversas entidades locais.

Assumindo-se como base de concretização e viabilização de projetos materiais e imateriais dinamizados, quer pelo movimento associativo, quer por outros organismos sem fins lucrativos que no concelho têm promovido a criação de respostas sociais e culturais à população, pela participação e intervenção desta em

áreas como a cultura e recreação e, particularmente, tendo em vista a dimensão dessa participação ao nível das associações e as regras pelas quais se rege o “Concurso Marchas Populares de Almada”, a que não foge a necessidade de racionalização e gestão eficaz dos recursos disponibilizados pelo Município de Almada, enquanto entidade organizadora de tal concurso.

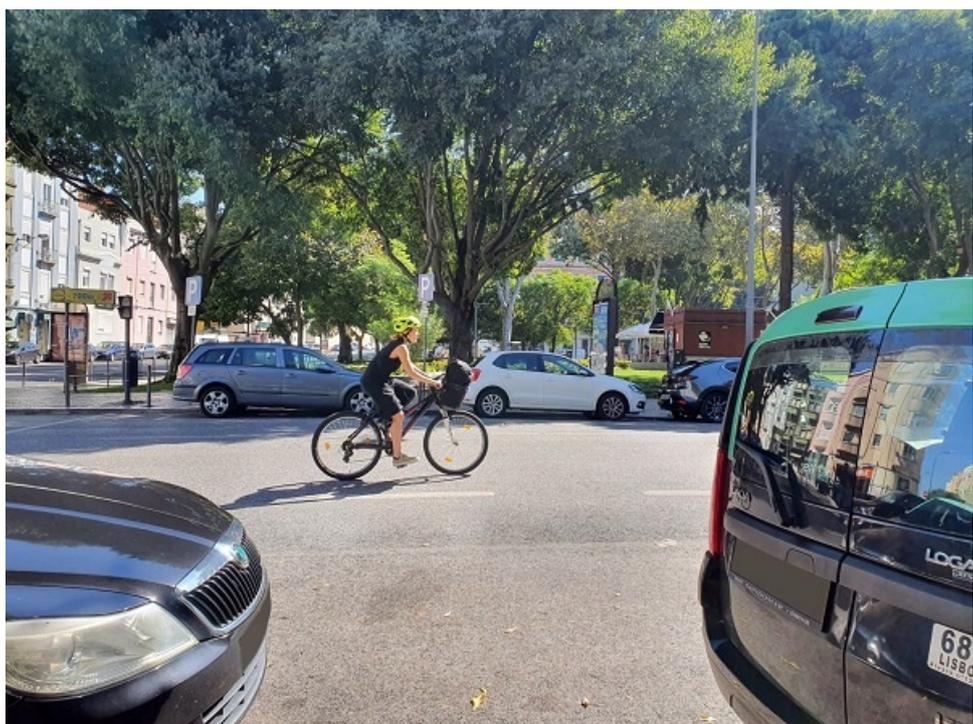
O sucesso atingido na edição do ano transato denota o empenho das Marchas de Almada em criar um espetáculo para todos numa terra que é de muitos. O património cultural que identifica este território é lembrado e recriado todos os anos, pela vontade dos marchantes que integram as marchas cada vez mais jovens.

Na exibição na Av. António José Gomes, no dia 23 de junho, véspera de S. João, cada marcha apresenta duas coreografias. No Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”, no Feijó, no dia 29 de junho, as Marchas apresentam, cada uma, três coreografias a concurso, para apuramento dos vencedores das Marchas 2024.



MOBILIDADE

PNEC de Portugal pode melhorar na integração da mobilidade activa nas políticas climáticas



A MUBi quer que o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 de Portugal inclua as metas nacionais para a mobilidade em bicicleta e pedonal e que especifique os meios para alcançar esses objectivos. Como noutros sectores, também nos transportes a transição energética deve assentar na redução do consumo de recursos e energia e, por isso, priorizar a transferência do automóvel para os modos mais eficientes. A duas semanas do prazo para submissão da versão final da actualização do PNEC 2030, é preocupante que não tenha sido iniciado o processo de consulta pública e que o relatório da consulta prévia (de 2023) não esteja disponível publicamente, contrariamente ao que Portugal informou à Comissão Europeia.

A Federação Europeia de Ciclistas (ECF, na sigla em inglês), da qual a MUBi é membro, analisou os projectos de actualização dos Planos Nacionais de Energia e Clima dos Estados Membros da UE sobre o papel da mobilidade em bicicleta nas políticas climáticas [1]. Nesta avaliação, o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) português surge relativamente bem classificado, com uma pontuação de 6,5 pontos numa escala de 0 a 10, mas com margem para melhorar. A ECF aponta várias lacunas ao PNEC de Portugal, designadamente a ausência de:

metas quantitativas de aumento da utilização da bicicleta.

também, para o modo pedonal, na Estratégia Nacional para a Mobilidade Activa Pedonal (ENMAP) 2030. No final da década, pelo menos 10% das viagens nas cidades portuguesas deverão ser feitas em bicicleta e 35% das deslocações pendulares a pé. Consideramos que as metas, intercalares e finais, da ENMAC 2020-2030 e da ENMAP 2030 devem constar da versão final da actualização do PNEC 2030.

A ENMAC 2030-2030 e a ENMAP 2030 devem ser urgentemente calendarizadas e orçamentadas, e, pelo menos, uma

orçamento nacional para promoção da mobilidade em bicicleta.

medidas de redução do risco rodoviário.

referência a uma Lei de Mobilidade (Activa), a exemplo de Espanha e França.

Estas metas, intercalares e finais, já se encontram definidas na Estratégia Nacional para a Mobilidade Activa Ciclável (ENMAC) 2020-2030, assim como

previsão orçamental indicada no PNEC 2030. O PNEC deverá indicar, também, o investimento previsto no Programa Nacional de Investimentos (medida MTP6) para o programa Portugal Ciclável 2030 [2].

A Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2021-2030 - Visão Zero 2030 e, em particular, as medidas visando a redução do risco rodoviário sobre os utilizadores dos modos activos deverão ser integradas no PNEC 2030.

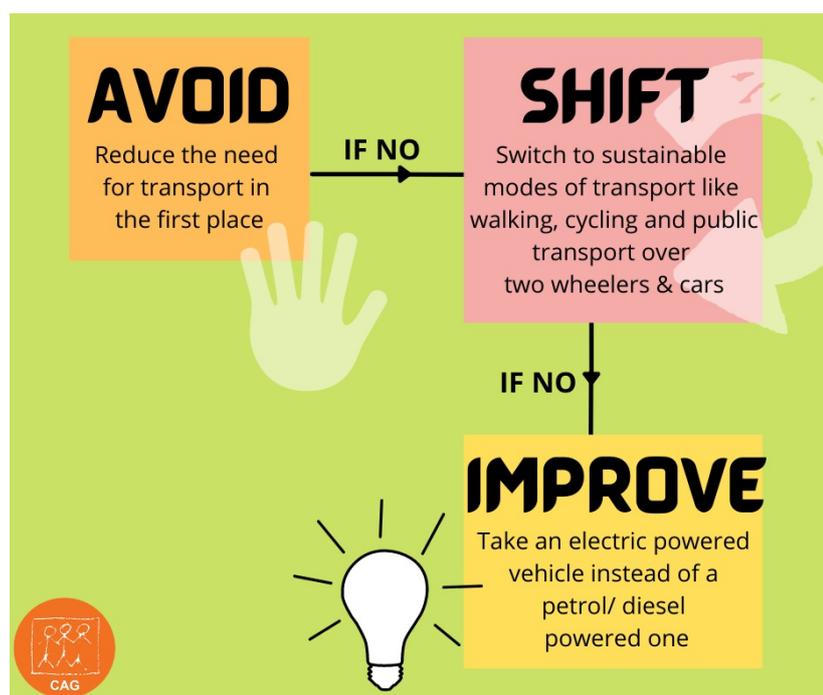
Estas debilidades foram já apresentadas pela MUBi no nosso contributo para a actualização do PNEC [3], em março de 2023.

Com um elevado e crescente peso do automóvel particular na repartição modal, o sector dos transportes em Portugal é particularmente problemático. Em trajetória oposta para cumprir as metas climáticas, as emissões dos transportes têm aumentado continuamente há mais de uma década, e este sector é já responsável por cerca de um terço das emissões totais do país e 37% do consumo de energia final (mais 25% que a média da UE).

Tal como nos outros sectores, também nos transportes a transição energética deve estar alicerçada na redução do consumo de recursos e energia. Por isso, deve privilegiar a redução das necessidades e distâncias de viagens, a transferência para os modos mais eficientes, como os transportes públicos e os modos activos, e, só por fim, a transformação tecnológica dos veículos motorizados - a chamada abordagem Avoid-Shift-Improve.

Contudo, incentivar comportamentos desejáveis de mobilidade é insuficiente. A MUBi defende, por isso, que o PNEC 2030 deverá incluir medidas equitativas de gestão da procura para desencorajar o uso do carro, principalmente nas cidades.

É igualmente importante que o PNEC inclua um programa nacional de apoio ao desenvolvimento e implementação de Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) por parte dos municípios portugueses, conforme recomenda a Comissão Europeia [4]. A criação deste programa,



MOBILIDADE

alinhado com a recomendação da Comissão, está inscrita no Orçamento do Estado para 2024 (Artigo 173.º) [5] e resultou de uma proposta apresentada pelo PSD no debate na especialidade [6]. A implementação de PMUS por parte dos municípios portugueses está determinada na Lei de Bases do Clima.

Estas e as outras medidas de acção na linha de actuação “5.7 - Promover a mobilidade activa” devem ter metas e indicadores claros e especificar os meios e recursos necessários para alcançar essas metas.

Preocupa-nos que, a duas semanas do prazo para Portugal submeter a versão final da actualização do PNEC à Comissão Europeia, o segundo período de consulta pública - a ter lugar em 2024 - ainda não tenha sido iniciado, quando este deve ser um processo atempado, abrangente, equitativo e transparente. Poderá estar em causa um conflito com as disposições do artigo 10.º do Regulamento de Governança da União da Energia e da Acção Climática [7] e da Convenção de Aarhus [8], de que Portugal é signatário.

Sobre a consulta prévia realizada em 2023, a Comissão apontou que o projecto de actualização do PNEC de Portugal, entre outros aspectos, «não explica como as opiniões expressas foram consideradas e abordadas, ou por que não foram tidas em conta.» [9]. Passado um ano, o relatório da consulta prévia não está disponível publicamente, contrariamente ao que Portugal informou à Comissão [10]!

Recordamos que, nas recomendações específicas por país, no âmbito do Semestre Europeu [11], a Comissão e o Conselho da União Europeia destacam a necessidade de Portugal avançar com projectos cruciais para promover a utilização da bicicleta e os transportes públicos, por forma ao país reduzir o consumo de energia e a dependência dos combustíveis fósseis no sector dos transportes.

Como também recomenda a Comissão Europeia [12], a actualização do PNEC deve ter em consideração o plano

REPowerEU e, em particular, o “Plano da UE «Poupar Energia»” [13] (figura abaixo).

O PNEC 2030 traça a trajectória e metas de descarbonização para esta década e define as políticas e medidas para alcançar os objectivos. O mecanismo de governação da UE exigiu aos Estados Membros a adopção, pela primeira vez, dos PNEC em 2019 e a sua primeira actualização passados cinco anos. Depois de entregue no ano passado o projecto de actualização, Portugal tem até 30 de junho para submeter à Comissão Europeia a versão final da primeira actualização do seu Plano Nacional de

Energia e Clima 2030.

Rui Igreja, coordenador do núcleo de políticas públicas da MUBi, realça que “a mudança na motorização do parque automóvel é demorada, para além de não resolver muitos dos problemas da mobilidade nas cidades. Portugal só conseguirá cumprir as metas climáticas desta década com políticas e medidas transformadoras, do Governo e dos municípios, que conduzam a uma redução significativa da utilização do automóvel particular, em especial nas áreas urbanas.

Incentivar a redução da velocidade durante a condução	Médio elevado	a	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as velocidades em autoestrada Recomendar zonas com velocidade reduzida em zonas urbanas Criar zonas de trânsito proibido para facilitar a mobilidade suave
Reduzir os preços dos transportes públicos ferroviários	Médio elevado	a	<ul style="list-style-type: none"> Redução dos preços dos transportes públicos e ferroviários com base no apoio público aos operadores
Incentivar as deslocações a pé, de bicicleta e a micromobilidade nas cidades	Médio elevado	a	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a partilha gratuita de bicicletas e outras soluções de micromobilidade Incentivar a aquisição de bicicletas através de subsídios à compra de bicicletas ou de reduções de impostos/IVA Incentivos/recompensas para os trabalhadores que utilizam transportes públicos ou modos ativos para deslocações pendulares para o trabalho Investir em novos corredores para bicicletas nas cidades e nas suas imediações Promover/incentivar a entrega no «último quilómetro» por bicicletas de carga ou veículos eléctricos de entrega mais pequenos Aumentar as possibilidades de deslocação em transportes públicos (comboio, metro) acompanhado de uma bicicleta
Dias sem automóvel	Baixo médio	a	Organizar dias sem automóvel nas cidades
Adaptar os regimes de tributação rodoviária existentes	Baixo médio	a	Regimes de tributação rodoviária que reduzam o congestionamento durante as horas de ponta e/ou incentivem a utilização de veículos mais sustentáveis

Medidas recomendadas pela Comissão Europeia capazes de gerar poupanças de energia significativas a curto prazo no sector dos transportes. Plano da UE «Poupar Energia».

AMBIENTE

Lei do Restauro da Natureza: Portugal tem de se manter do lado certo da história

A Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, manifestou em várias reuniões com Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) portuguesas que Portugal faz parte dos países que estão dispostos a aprovar a Lei do Restauro da Natureza no Conselho Europeu de Ministros do Ambiente, na próxima segunda-feira, dia 17 de junho, o que consideramos muito positivo.

Para as ONGA e movimentos de cidadãos, é fundamental nesta fase final de decisão manter a posição do Estado Português que sempre tem sido favorável à aprovação da legislação, para além de que, uma qualquer inversão, seria terrivelmente desprestigiante para o nosso país, dado que coloca também em causa todo o processo democrático que culminou na estabilização de uma posição comum entre Conselho, Comissão e Parlamento Europeu.

O voto favorável de Portugal é fundamental e evita pôr em perigo a aprovação da mais importante legislação europeia de conservação da natureza desde as Diretivas Aves (1979) e Habitats (1992). A Lei do Restauro da Natureza define metas vinculativas para recuperação de habitats degradados em todos os Estados-Membros, principalmente daquelas com maior potencial para reterem carbono e assim contribuírem para a mitigação das alterações climáticas, e para reduzirem o impacto de desastres naturais como incêndios e cheias. Portugal está, desta forma, no lado certo, aliando-se aos países que defendem a biodiversidade e os ecossistemas hoje em perigo e em declínio na Europa, não alinhando com governos que não elegem as prioridades definidas pelo Pacto Ecológico.

Acresce que, se Portugal votar a favor da Lei do Restauro da Natureza, reforça os compromissos internacionais relativos à conservação de espécies e habitats, mas contribui igualmente para gerar confiança nos cidadãos portugueses face às políticas públicas, quando 63% destes, segundo dados recentes do Eurobarómetro, identificam o restauro da natureza como uma das formas mais eficazes para enfrentar os problemas ambientais.

As ONGA e movimentos de cidadãos apelam ao Governo para não mudar de posição

As 30 ONGA e movimentos de cidadãos que subscrevem este comunicado estão

confiantes que a Senhora Ministra do Ambiente e Energia, que representará o Governo e todos os portugueses no Conselho, não se deixará influenciar por interesses que são alheios à salvaguarda do bem comum e que votará favoravelmente a Lei do Restauro da Natureza, em coerência com o próprio programa de Governo, o qual prevê a elaboração de um Plano Nacional de Restauro da Natureza que esperamos que venha a incluir metas e objetivos.

As ONGA e os movimentos de cidadãos têm presente ainda que, durante o processo legislativo da Lei do Restauro da Natureza, os eurodeputados do PSD, partido que sustenta o atual governo e onde se incluem a Ministra do Ambiente e Energia, o Ministro da Agricultura e Pescas e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, votaram favoravelmente esta Lei no Parlamento Europeu.

O que está em causa

Esta nova Lei irá garantir que todos os países da União Europeia (UE) sejam obrigados a apresentar e implementar um Plano Nacional de Restauro, com objetivos específicos, os quais terão que prever o restauro de, pelo menos, 30% dos habitats terrestres, costeiros, marinhos e de água doce em estado de conservação desfavorável até 2030, 60% até 2040 e 90% até 2050. Os Estados-Membros da UE terão ainda que garantir que não ocorre uma deterioração significativa nas áreas

sujeitas a restauro.

As regras europeias visam incrementar a biodiversidade dos sistemas agrícolas (beneficiando também a produção agrícola), restabelecer a conectividade natural dos rios e as funções das planícies aluviais (melhorando o ciclo da água), restaurar habitats florestais (prevenindo incêndios), bem como criar mais espaços verdes em áreas urbanas (reduzindo os efeitos de ilha de calor). Reverter o declínio das populações de polinizadores, dos quais dependem de forma direta os nossos sistemas alimentares e toda a produção agrícola, é outra das prioridades desta decisiva legislação. A Lei acolheu o apoio não só das ONGA, mas também de empresas, caçadores, agricultores e cientistas, mostrando assim que a recuperação da natureza é também definitivamente essencial para a economia.

Fonte: ZERO.ONG



AMBIENTE

Um ano após acordo, financiamento climático de Portugal a Cabo Verde deve ser mais ambicioso

Neste Dia Mundial do Refugiado, 20 de junho, a ZERO recorda responsabilidades dos países mais poluidores nas migrações provocadas pelas alterações climáticas

A ZERO assinala hoje, quando se assinala o primeiro aniversário, a assinatura do acordo climático entre Portugal e Cabo Verde, que resultou na criação do Fundo Climático e Ambiental por via da conversão de 12 milhões de euros da dívida contraída por aquele país da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) junto do Estado Português. A associação lembra também que existe uma outra dívida histórica que resulta da emissão de gases com efeito de estufa ao longo dos últimos 150 anos, altura em que começaram a ganhar expressão as emissões poluentes para a atmosfera resultantes da revolução industrial.

As mais dramáticas consequências do aumento da temperatura média da atmosfera e do oceano são aquelas que são permanentes e de elevada magnitude. A aceleração de processos de desertificação nas regiões subtropicais ou a salinização dos solos e de aquíferos conduzem a perdas mais acentuadas de terra arável, à redução do potencial de produção alimentar, ao agravamento de crises económicas que, em alguns casos, degeneram em conflitos políticos e armados, gerando vagas migratórias de cada vez maiores dimensões. De acordo com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em 2023, 1 em cada 10 refugiados e solicitantes de asilo, e 1 em cada 4 deslocados internos viviam em zonas expostas a riscos climáticos extremos; em 2050, os eventos climáticos poderão provocar 200 milhões de deslocados. Estes números, além de tornarem mais urgente a ação dos Estados com vista à redução rápida do consumo de combustíveis fósseis, devem obrigá-los a incorporar nas estratégias de adaptação às alterações climáticas a criação de mecanismos para acolher pessoas que se veem forçadas a abandonar as suas terras por causa da crise climática que vivemos e pela

qual não são responsáveis.

Os países industrializados que, embora representem menos de 20% da população mundial, emitiram desde a revolução industrial quase 60% do total de dióxido de carbono antropogénico, devem assumir maiores responsabilidades pelas consequências globais das alterações climáticas; não só porque, em grande medida, estiveram na origem do problema, mas também porque são aqueles que, por habitante, possuem maior capacidade técnica e económica para lhe fazer face.

Na declaração de Copenhaga sobre Desenvolvimento Social (1995), que reuniu 187 países membros das Nações Unidas, consta o compromisso por parte dos países mais industrializados de investirem 0,7% do PIB em ajuda ao desenvolvimento. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 2022, apenas cinco países cumpriam este critério e Portugal apenas destinava à assistência oficial ao desenvolvimento 0,21% do Produto Interno Bruto (PIB). Para a ZERO, as políticas de assistência ao desenvolvimento devem adequar-se ao contexto de crise climática em que vivemos, mas o financiamento da ação climática não deve servir para reduzir o esforço que o país deve fazer para cumprir os compromissos internacionais de assistência ao desenvolvimento.

Embora o acordo de financiamento de Portugal ao Fundo Ambiental de Cabo Verde através da redução da dívida seja um passo na direção certa, é necessário assegurar seu financiamento futuro dado que a processa feita atinge pelo menos 140 milhões de euros. É necessário também eficácia e a transparência na aplicação das verbas, o envolvimento da sociedade civil cabo verdiana e a sua capacitação, a promoção da participação das instituições cabo verdianas na produção e aplicação dos instrumentos de ação climática e o reforço dos montantes envolvidos.

O alargamento deste tipo de acordos a outros países em desenvolvimento que tenham contraído dívida junto do Estado Português deve ser fortemente equacionado sempre que possa ser assegurada a aplicação no terreno de medidas de redução de emissões e de adaptação aos efeitos das alterações climáticas em curso.

20 de Junho de 2024

Fonte: ZERO.ONG



AGENDA METROPOLITANA

22 junho 2024 11h:30

SINTRA

“A Noite de Natal” de Sophia de Mello Breyner Andresen - Festival de Sintra

Porque há histórias que são intemporais, - e o Natal é quando se quer! - o Festival de Sintra propõe um dos mais amados títulos infantis de Sophia de Mello Breyner Andresen, numa leitura encenada com a música de Eurico Carrapatoso e as ilustrações de Mariana, a Miserável.

A encomenda ao compositor e à ilustradora são da Universidade do Porto, tendo sido realizada a sua estreia em 2019, ano do centenário de Sophia, na Casa Andresen no Porto, hoje Galeria da Biodiversidade, local que inspirou a autora na escrita do conto.

A Noite de Natal é um conto em música para assistir em família, que fala dos valores universais da amizade, da lealdade e da bondade.

Ficha técnica

Eurico Carrapatoso, música. Sophia de Mello Breyner Andresen, texto. Mariana, a Miserável, ilustrações. Catarina Távora, narração. Ana Ester Santos, harpa. Duarte Pereira Martins, piano

Data 22 junho 2024

Município Sintra

Preço Gratuito, limitado à lotação disponível

Reserva exclusivamente online: bilheteira.ccoc@cm-sintra.pt (máximo 2 bilhetes por pessoa)

Local Centro Cultural Olga Cadaval, Sintra | 11h30

URL festivaldesintra.pt/index.html

Outras informações

Podem entrar crianças com idade superior a 3 anos, portadoras de bilhete.



22 junho 2024 23h:30

SINTRA

Caminhada-concerto surpresa “Meia-noite e lua cheia na Quinta da Regaleira” - Festival de Sintra

Se a Serra de Sintra é o lugar de excelência para acontecimentos místicos e sobrenaturais, então a Quinta da Regaleira é o seu epicentro. Quem não ouviu falar dos mistérios do Poço Iniciático, ou das muitas lendas que habitam este lugar?

É sob a luz da lua cheia que o público irá visitar os jardins e o Poço Iniciático da Quinta da Regaleira, recolhendo depois à Capela no momento em que derem as doze badaladas, para um concerto surpresa à

meia-noite.

Só uma coisa é certa: o público estará no sítio certo e à hora certa para assistir a algo especial.

Franz Schubert, Quarteto nº14 em Ré menor, D.810, “A Morte e a Donzela”

Camille Saint-Saëns, Danse Macabre, Op.40

Data 22 junho 2024

Município Sintra

Preço 30 euros

Bilhetes: Ticketline, Centro Cultural Olga Cadaval e nos locais, uma hora antes do início dos espetáculos

Descontos de 25%: residentes no Concelho de Sintra, estudantes e profissionais da

área do espetáculo e > 65 anos

Oferta de um bilhete a todos os jovens entre os 12 e os 18 anos num dos concertos do CCOC à escolha

Acesso gratuito para crianças até aos 12 anos

Local Quinta da Regaleira, Sintra | 23h30

URL festivaldesintra.pt/index.html



22 junho 2024 22h:00

SEIXAL

22 junho 2024

Bispo - Festas Populares de São Pedro do Seixal

As Festas Populares de São Pedro, no Seixal, vão decorrer de 21 a 30 de junho, com espetáculos musicais, marchas, bailes, artesanato, gastronomia, animação de rua, o tradicional Desfile Náutico Baía do Seixal e, ainda, a procissão alusiva ao santo padroeiro.

No dia 22 de junho, o destaque vai para a atuação de Bispo, que, em 2023, ganhou o prémio europeu de “Melhor Artista

Português”, atribuído pela MTV.

Bispo é, hoje em dia, um dos nomes mais carismáticos e com mais relevância do hip hop nacional.

Data 22 junho 2024

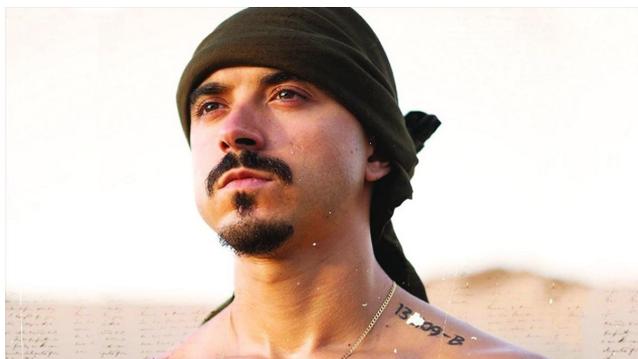
Município Seixal

Preço Gratuito

Local Parque Urbano da Quinta dos Franceses, Seixal | 22h00

URL

www.cm-seixal.pt/festas-populares-1/2024/festas-populares-do-concelho-do-seixal-2024



AGENDA METROPOLITANA

23 junho 2024

AMADORA

25 de Abril de 1974, quinta-feira

Exposição de Alfredo Cunha, integrada nas celebrações dos 50 anos do 25 de Abril na Amadora. Com fotografias de Alfredo Cunha, projeção multimédia e música de Rodrigo Leão.

Alfredo Cunha nasceu em 1953, em Celorico da Beira. Em 1970, iniciou a carreira profissional em fotografia publicitária e comercial; no ano seguinte, estreou-se como fotojornalista no jornal Notícias da Amadora. Colaborou com os jornais O Século e O Século Ilustrado, com a revista Vida Mundial, com a Agência Noticiosa Portuguesa - ANOP e com as

agências Notícias de Portugal e Lusa.

Foi fotógrafo oficial dos presidentes da República Ramalho Eanes e Mário Soares, e recebeu a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

Data

23 junho 2024

Município Amadora

Preço Gratuito.

Horário: terça-feira a sábado e feriados, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00

Local Galeria Municipal Artur Bual | Casa Aprígio Gomes (Amadora)

Horário: terça-feira a sábado e feriados, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00 | Domingos, das 14h30 às 18h00 | Encerra

à segunda-feira

URL

www.cm-amadora.pt/pt/8009-ate-23-junho-exposicao-de-alfredo-cunha-25-de-abril-de-1974-quinta-feira-2.html

Outras informações

Até 23 de junho



23 junho 2024

MAFRA

Há Mar - WeTumTum

Espectáculo de música e dança da associação cultural WeTumTum, com duas sessões, para crianças dos 0 aos 5 anos e acompanhantes.

Embalados nas ondas, dois habitantes das mesmas águas que se conhecem, reconhecem semelhanças e diferenças. Tons de cinzento deixam-se contagiar pela irreverência e frescura de muitas cores, gerando uma corrente de melodias e movimentos.

Entre peripécias e surpresas subaquáticas, bebés, crianças e seus acompanhantes são convidados a experimentar em Há Mar diferentes ambientes marinhos que se

encontram ameaçados, mas que podem ser salvos por comportamentos sustentáveis.

Data 23 junho 2024

Município Mafra

Preço 3 euros (munícipes e menores de 23 anos) e 5 euros (público em geral)

Bilhetes: postos de turismo de Mafra e Ericeira, em Ticketline.pt e no local de realização do espetáculo, uma hora antes do início do mesmo.

Informações: 261 818 347

Local Sala Atlântico - Parque de Santa Marta, Ericeira | 15h00 e 16h30

URL www.cm-mafra.pt/

Outras informações

Para crianças dos 0 aos 5 anos e acompanhantes (dois acompanhantes por criança). Duração: 40 minutos.



23 junho 2024

LOURES

Gerações em Linha - workshop de tapeçaria

Workshop de tapeçaria Gerações em Linha dinamizado pela artesã Guida Fonseca, no âmbito do projeto de homenagem à artista Maria Keil.

A Câmara Municipal de Loures desenvolveu um projeto cultural em homenagem à artista Maria Keil, que se pautou por uma programação diferenciadora, interativa e inclusiva e que celebrou o poder da criatividade e

da descoberta da plasticidade artística. Este projeto realizou-se ao longo de três anos letivos, de 2022 a 2024.

O projeto pretendeu dar a conhecer a obra e a artista Maria Keil - Operária das Artes, e incentivar e desenvolver o gosto pela arte e pela cultura.

Data 23 junho 2024

Município Loures

Preço Gratuito, com inscrição prévia

Inscrições e informações:

dac_galerias@cm-loures.pt e 211 150 663 (limitada ao número de vagas)

Local Galeria Municipal Vieira da Silva, Parque Adão Barata, Loures | 10h00

URL

www.cm-loures.pt/Conteudo.aspx?DisplayId=15788

Outras informações

Para o público em geral.



OPINIÃO

CONFIANÇA PESSOAL, PARA QUE TE QUERO?

“em Portugal, os únicos eleitos a tempo inteiro sem direito a gabinete pessoal são os Presidentes de Junta de Freguesia. A ANAFRE sabe-o”.

O exercício de funções públicas, em regra de carácter executivo, assentes numa legitimação eleitoral, tem associada, em matéria concretização material, da respectiva missão legal, a formação de gabinetes de apoio pessoal, e confiança política.

A título de exemplo, tal, verifica-se nos casos dos gabinetes ministeriais, do Governo da República, da Assembleia da República, em relação ao Presidente da Assembleia da República, da Presidência da República, dos órgãos próprios das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, sem esquecer os respectivos representantes da República, e por fim às autarquias locais, aqui com uma diferença, em detrimento das autarquias de nível de Freguesia, cujos órgãos representativos não têm direito a gabinetes pessoais, nos mesmos termos dos restantes, ao contrário das autarquias de nível Município, a quem a lei permite a existência de gabinetes de apoio pessoal e de confiança política.

Tendo sido membro da ANAFRE (associação nacional de freguesias), no século anterior, tenho memória de então se ter falado no assunto, sobretudo após se ter alcançado uma grande conquista, á época, que foi a garantia legal do exercício de funções a tempo inteiro, em freguesias que cumprissem com determinados requisitos, tendo sido o corolário natural, em cerca de 600 freguesias (as mais populosas naturalmente), o respectivo Presidente de Junta, ficar com tempo inteiro, pagos pelo Orçamento de Estado, directamente, e noutras, a possibilidade de com menos requisitos, se permitir que os orçamentos das respectivas freguesias pagarem o tempo inteiro do seu Presidente de junta, autorizada que fosse pela Assembleia de Freguesia. Foi o caso da então Freguesia de Famões.

Assim, hoje, a realidade, é, em Portugal, os únicos eleitos a tempo inteiro sem direito a gabinete pessoal são os Presidentes de Junta de Freguesia. A ANAFRE sabe-o.

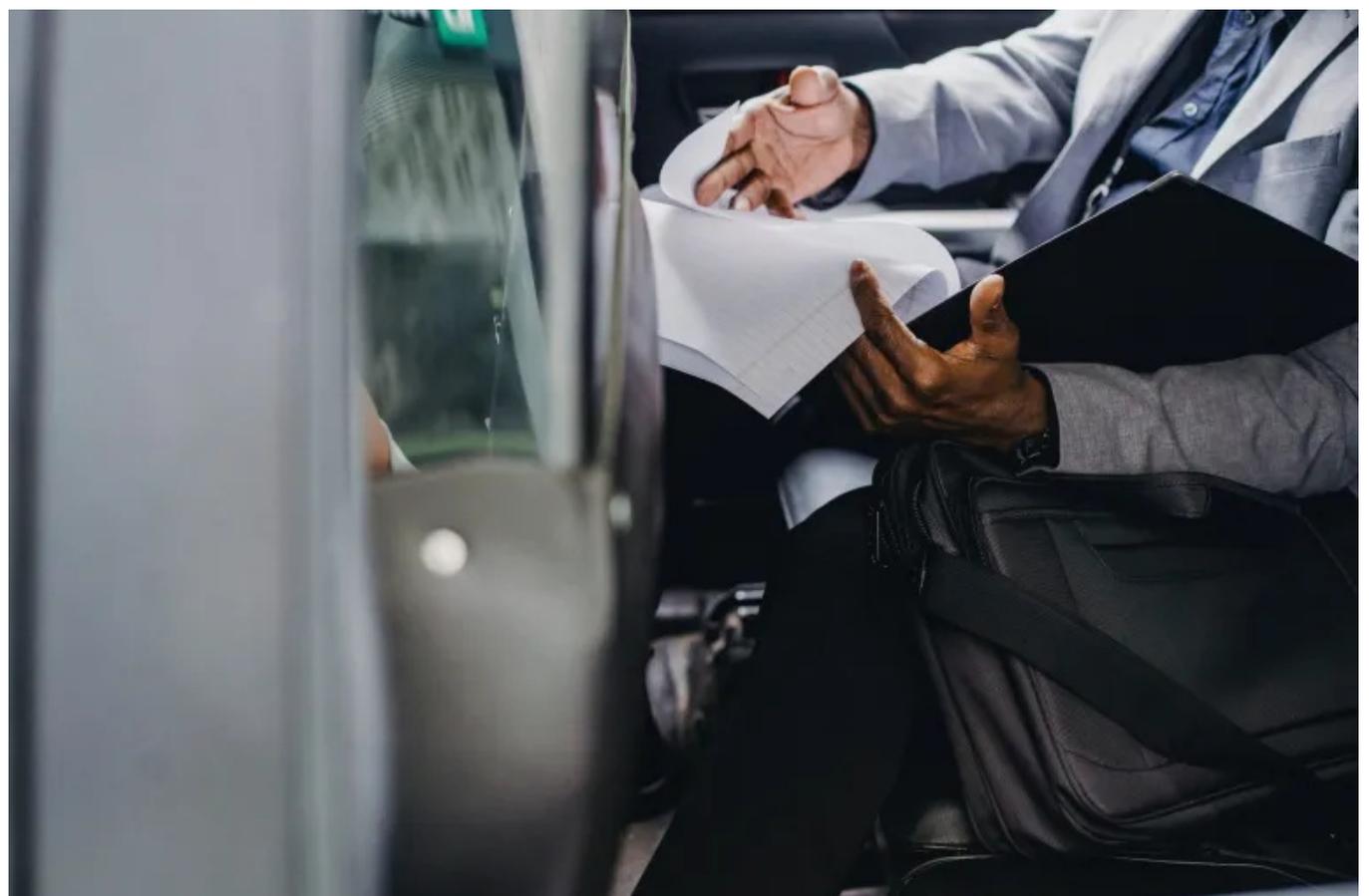
Serve este enquadramento para perceber que o gabinete de apoio pessoal, e de confiança política, é uma estrutura de enorme importância, na medida em que dele depende o bom desempenho, ou falta dele, do eleito que serve. Não é uma brincadeira, e exemplos recentes mostram não ser levado a sério, como deveria.

Integrar um gabinete desta natureza, para além de outros requisitos, que podem variar de eleito para eleito, tem de assentar, forçosamente, no requisito da **lealdade**, tantas vezes confundido com a fidelidade (somos fieis ao nosso País, e á nossa mulher), e no da **disponibilidade** (esqueçam lá o horário “nine to five”, e no **sacrifício**, se tiverem de “rolar cabeças” a do membro de gabinete está na fila, nos primeiros lugares.

De todos, o cargo de Chefe de Gabinete é o mais importante, por isso o melhor remunerado, embora o adjunto e a secretária, também o sejam, tudo depende da autonomia que lhes seja determinada pelo instrumento legalmente previsto para estas funções – a delegação de poderes.

O chefe de gabinete, tanto pode ser um mero coordenador da equipa, como pode ter um leque de poderes substanciais, delegados pelo respectivo eleito, libertando este para afazeres de natureza mais estratégica, sem cuidar da sua operacionalização, para isso está lá a sua equipa, ou, o eleito também pode dar poderes alargados ao adjunto e á secretária, para assuntos específicos, sem que isso passe pelo chefe de Gabinete, excepto em termos de conhecimento. Tudo depende da opção feita.

O que releva nisto tudo é o instrumento utilizado para estas dinâmicas, que como se disse é a **delegação de Poderes**, ou **competências**, usado em relações de subordinação hierárquica (vamos ignorar os diplomas que descentralizam para as autarquias vários domínios de actuação, e que estilhaçam a natureza deste instrumento, e que no meu primeiro ano de Direito daria chumbo liminar ao aluno que fizesse a apologia inscrita nestes diplomas por manifesta ignorância dos conceitos e institutos da delegação de poderes), como é o caso dos membros de gabinete e o seu



OPINIÃO

eleito.

Existe um pouco por todo o lado, nas nossas freguesias, e municípios, a ideia, que a delegação de poderes (competências), se resume a um despacho, através do qual se passam responsabilidades a terceiros, sejam membros de gabinete, sejam outros eleitos do órgão representativo, sabendo nós que nem os vogais de uma Junta de Freguesia, nem os vereadores de uma Câmara Municipal, têm poderes próprios, aliás, estão mesmo desprovidos de quaisquer competências de per-si. Assim Vogais e Vereadores, só têm as competências/poderes, que os respectivos Presidentes (Presidente da Junta e Presidente da Câmara) lhes outorgarem através de competente despacho de Delegação de Competências.

Assim como estes Presidentes também podem ser delegados dos respectivos órgãos, por recurso ao mesmo instrumento. Temos pois uma panóplia de delegados, que respondem obviamente perante o delegante.

E aqui está o cerne da questão – como se concretiza o dever (e em direito administrativo o verbo dever, é um dever/obrigação) do delegado (vogal, vereador, membro de gabinete) reportar ao delegante (Presidente de Junta de Câmara, Ministro, etc), **todos** os actos, e diligências desenvolvidas ao abrigo da delegação de competências/poderes?

Através do reporte formalizado.

A utilização do instrumento de delegação de poderes, escora-se, legalmente, sempre, num dever de reporte formal, dito de outra forma, o delegado é obrigado a entregar um relatório ao seu delegante, onde pormenorize, e detalhe, todas as diligências realizadas ao abrigo da delegação de poderes em que está investido.

Estabelecendo uma analogia simples, é o equivalente aquilo que se designa nas freguesias da **“informação do Presidente da Junta”** a apresentar em sessão de Assembleia de Freguesia. Este particular é, embora não na sua plenitude, o “dever” do executivo responder perante o deliberativo, que a constituição da República Portuguesa preconiza, embora o legislador ordinário, ainda não tenha implementado de forma plena, e da qual esta obrigação de “informar” a Assembleia, acolhida no RJAL, é um tímido, e mitigado corolário constitucional.

Ora se o reporte, reitera-se, que é obrigatório, não for feito, o delegante não

pode ser responsabilizado.

Vou dar aqui 3 exemplos de como as respectivas nomeações e subsequentes delegações de poderes, foram feitos, sem se cuidar da adopção dos cuidados, de tudo quanto se expôs até aqui.

1. O Secretário de Estado, Hugo Mendes, do Ministério das Infra-estruturas, liderado por Pedro Nuno Santos, á época, demitiu-se, no rescaldo da problemática da TAP, por não ver nenhuma incompatibilidade, ou ilegalidade, no processo de desvinculação da então administradora da TAP Alexandra Reis. Sendo Sociólogo, Hugo Mendes, no mínimo devia escorar-se num parecer jurídico. Não o fêz. Fêz mal obviamente.

Quais foram os erros aqui praticados: O secretário de Estado não reportou, formalmente ao Ministro estas diligências, como estava obrigado a fazer, no âmbito das suas delegações de poderes. Violou um dever (o de reporte) e não assegurou a sua lealdade, como era sua obrigação.

2. Quando João Galamba foi nomeado Ministro das infra-estruturas, acolheu, e nomeou, Frederico Pinheiro, o adjunto, que não sendo da sua confiança pessoal, pouca lealdade demonstrou quando omitiu umas notas sobre a TAP, suscitando-se, especialmente na comunicação social, toda a sorte de suspeições sobre o ministro, acabando este, condenado pelo tribunal da opinião pública, sem apelo nem agravo.

Quais foram os erros de Galamba? Aceitou nomear para um cargo de confiança, alguém que desconhecia, e não exigiu que se cumprisse o dever de reporte, imagino que não apenas a este mas a todos os membros do seu gabinete. Duvido que exista, naquele ministério, e nos outros todos, reportes formais dos delegados. Estou até tentado a afirmar que nem sabem o que é, e da sua obrigatoriedade.

3. O famoso caso das gémeas, trouxe á luz do dia a interacção entre o Secretário de Estado da saúde, Lacerda Salles, e a sua secretária Carla Silva, que não conhecia, alguém lha terá indicado, a propósito da marcação de uma consulta para as meninas brasileiras.

A CNN na sua edição online de 4 de abril diz o seguinte:

“A versão da secretária

De acordo com o documento, a secretária pessoal de Lacerda Sales, Carla Silva, admitiu que recebeu dados pessoais e clínicos das crianças por telefone, durante a conversa que teve com o filho do presidente da República (e a seguir também por correio eletrónico), e que

depois entrou em contato com a diretora do departamento de pediatria. Assim, notam os inspetores, no dia 20 de novembro de 2019, a secretária pessoal de António Sales enviou um email àquela diretora a “pedir ajuda para o agendamento de uma consulta e avaliação por neuropediatra”, solicitação que a médica neuropediatra Teresa Moreno que iria tratar as gémeas fez chegar “nesse mesmo dia” ao diretor clínico Luís Pinheiro.”

Para além de uma eventual violação do RGPD, por parte do filho do Presidente da República e de Carla Silva, uma vez que esta recebeu daquele, os dados pessoais das meninas, o que exigiria um consentimento dos pais das meninas, nos termos do RGPD, comunicação essa reiterada por mail, portanto a haver violação do RGPD ela foi reiterada, a secretária entrou em contacto com os serviços hospitalares, curiosamente, os mesmos de onde provinha profissionalmente, o que lhe permitiu desenvolver diligências que de outra forma seriam bem mais difíceis de conseguir.

Ora a secretaria não reportou nenhuma destas diligências ao Secretário de Estado, violando o seu dever de reporte, para além de nada ficar a crédito em matéria de lealdade para com ele.

Em conclusão estes erros pagam-se caros, não se nomeia quem não se conhece, (Galamba e Lacerda são paradigmas disso mesmo), e não se mantém nos lugares quem não é leal (e isso aconteceu nos três casos), embora nos 3 casos a lealdade só foi perceptível muito tarde.

Oliveira Dias, Politólogo





Ficha Técnica

Noticias LX - Diretor e Proprietário: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar - Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros

Colunistas: Oliveira Dias, José Maria Pignatelli, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, Patricia Almeida, José Manuel Graça

Colaboradores: Miguel Durão, Manuel Vieira.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: Semanal

Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>

Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>

NoticiasLx: <https://NoticiasLx.pt>

Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000 pessoas nos concelhos da Grande Lisboa

Contactos publicidade: <https://noticiaslx.pt/pub/>



PARCEIRO



RADIO BOBADELA2020.ORG